



DO CAMPO AO MÉTODO – INQUIETAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA HISTÓRICA

Pâmela de Souza da Cruz ¹
Marcelo Werner da Silva ²

RESUMO

Neste trabalho buscamos abordar de maneira abrangente algumas questões resultantes de nossa pesquisa, onde objetivamos compreender como a Geografia em fases de sua sistematização, realizou ou não, estudos voltados às perspectivas de análise advindas da Geografia Histórica, inicialmente entendida como um campo de estudos específico. Delimitamos como recorte analítico as publicações dos primeiros dez anos (1939-1949) de funcionamento da Revista Brasileira de Geografia (RBG), criada para ser um periódico voltado à divulgação dos estudos geográficos realizados em âmbito nacional. Os artigos analisados evidenciam estudos atrelados diretamente às práticas estatais, e, portanto, de cunho intervencionista, vivenciados àquela época. Todavia, identificamos a partir das análises, uma perspectiva muito mais ampla do que aquela considerada como ponto de partida, onde nos aproximamos de modo incipiente, ao entendimento da geografia histórica enquanto método.

Palavras-chave: Geografia Histórica, RBG, Campo, Método.

RESUMEN

En este trabajo buscamos abordar de manera integral algunas cuestiones resultantes de nuestra investigación, donde buscamos comprender cómo la Geografía, en fases de su sistematización, realizó o no estudios dirigidos a las perspectivas de análisis que surgen de la Geografía Histórica, entendida inicialmente como un campo de estudio. Delimitamos como corte analítico las publicaciones de los primeros diez años (1939-1949) de la Revista Brasileira de Geografia (RBG), creada para ser una publicación periódica destinada a difundir los estudios geográficos realizados a nivel nacional. Los artículos analizados muestran estudios directamente vinculados a las prácticas estatales, y por tanto, de carácter intervencionista, vividas en ese momento. Sin embargo, a partir de los análisis identificamos una perspectiva mucho más amplia que la considerada como punto de partida, donde abordamos, de manera incipiente, la comprensión de la geografía histórica como método.

Palabras clave: Geografía Histórica, RBG, Campo, Método.

¹ Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, pamela.souzac@gmail.com;

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, marcelows@id.uff.br.



INTRODUÇÃO

O ímpeto para a realização deste trabalho deu-se pela necessidade de expor algumas questões que permaneceram suspensas no decorrer de nossa pesquisa de mestrado. São, portanto, ideias resultantes do período ulterior à defesa da dissertação, onde nos deparamos com outras dimensões da pesquisa e com os obstáculos que não fomos capazes de superar naquele momento. Em nosso caso, ao tentarmos localizar em termos metodológicos a realização de *uma* Geografia Histórica no período de estabelecimento da ciência geográfica no Brasil, fomos atraídos pelo discurso unívoco que atrela e subordina o entendimento da história do pensamento geográfico aos moldes iniciais do processo de institucionalização ocorrido a partir da década de 30.

O processo de investigação iniciou-se a partir de nosso interesse pela trajetória de formação e consolidação da geografia histórica, amplamente discutida e apresentada como campo de estudo ou subdisciplina geográfica. Enquanto tal, a compreensão suscitada, é evidenciada pela sua inteligibilidade como disciplina corporificada em uma comunidade, e estabelecida através de filiações metodológicas e correntes teóricas que estão em contínuo processo de articulação e desarticulação.

A tarefa se intensificou, à medida em que relacionamos nossas buscas pelas trajetórias geográficas históricas, ao entendimento da formação da geografia brasileira em seus parâmetros constituintes, daí a delimitação dos anos 30 e dos processos de modernização da ciência geográfica como ponto de origem. Em outras palavras, nosso principal objetivo seria identificar como a geografia histórica foi realizada no período em que a geografia se tornava científica em âmbito nacional, correspondendo assim, ao seu processo de sistematização ou de institucionalização.

Muitas foram as problemáticas encontradas ao delimitarmos como recorte este objetivo. Tanto a nível de sua praticabilidade metodológica, devido à sua amplitude temática; quanto à própria omissão que este tema sugere, ao privilegiar na maior parte de sua narrativa, a Região Sudeste, e em particular os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, como agentes principais do processo de institucionalização da geografia brasileira (MACHADO, 2000), acabando assim, por negligenciar outras formas de se praticar geografia, e conseqüentemente a geografia histórica.



Em linhas gerais, nossa investigação partiu de nossa acepção de geografia histórica enquanto uma subdisciplina geográfica, e que, portanto, é capaz de ser traduzida em um tipo de *fazer* geográfico, em um campo de estudos específicos. De modo particular, este campo foi estendido ao nosso âmbito, numa tentativa de compreender como o mesmo foi estabelecido no período em que a geografia se consolidava. Daí advém a articulação entre a geografia histórica e a geografia brasileira.

Procurávamos identificar a geografia histórica em parâmetros constituintes, e esta perspectiva demonstrou ser indispensável ao entendimento de consolidação da própria geografia brasileira. Este caminho nos direcionou à temática inerente ao seu processo de institucionalização, que por sua vez, não pode ser compreendido sem atrelamento ao discurso geográfico. Neste sentido, nossas buscas de apreensão do mesmo, nos levaram a um relevante veículo legitimador de tal discurso, sendo assim, capaz de demonstrar a praticabilidade da geografia histórica.

O veículo em questão corresponde à Revista Brasileira de Geografia, um periódico vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um órgão estatal atrelado ao Conselho Nacional de Geografia (CNG), constituindo desta forma, um recorte específico, capaz de demonstrar de forma ampla, a perspectiva geográfica relacionada à época. Em particular, analisamos o período que compreende os primeiros dez anos de publicação da Revista, entre os anos de 1939 e 1949, a partir de uma publicação especial, na qual a geografia histórica foi destacada como uma seção de assuntos específicos.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos da pesquisa, nos levaram inicialmente, a delimitar como período temporal de análise, os processos de transformação da sociedade ocorridos década de 30, devido ao processo de institucionalização da geografia ter tomado materialidade neste período. Esta materialidade pode ser verificada a partir da articulação entre a ala acadêmica, representada pelas universidades dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e a ala técnico-administrativa, representada pelo IBGE (ARANHA, 2014).

Sendo assim, a primeira etapa metodológica da pesquisa, consistiu num entendimento de proporção modesta sobre a constituição do discurso estatal instaurado pelas políticas de Getúlio Vargas (1882-1894), onde a geografia foi tomada como



instrumento de legitimação, constituindo parte integrante do discurso que engendrava novas espacializações.

A escolha pela análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia (RBG) deu-se por constituir um periódico de divulgação científica dos estudos geográficos realizados, demonstrando deste modo, uma pequena parcela do *fazer* geográfico brasileiro, que estava em processo de institucionalização.

Em nossos levantamentos relativos à Revista, encontramos um Edição Especial, publicada no Volume 12, em 1950. A Edição é composta por um Índice de Assuntos, reunindo todas as publicações realizadas nos primeiros dez anos da RBG, entre os anos de 1939 e 1948. Os assuntos correspondem ao que entendemos como as áreas da geografia, tais como, a Geografia Regional e Urbana, a Geografia Econômica, a Geografia Política e a Geografia Histórica, relevante para nosso recorte. A delimitação pela análise deste Índice e a contextualização do cenário relativo ao seu surgimento consistiu na segunda etapa metodológica realizada.

A elucidação estrutural do Índice, bem como a triagem das publicações encontradas, que configurou na delimitação dos artigos para análise, foram realizadas na terceira etapa metodológica, onde encontramos um total de 28 artigos identificados pela RBG, como pertencentes à geografia histórica. A quarta e última etapa, consistiu assim, nas análises dos artigos, a partir dos agrupamentos temáticos que elaboramos para melhor visualização de suas articulações teóricas e metodológicas. Deste modo, os artigos foram elencados em 7 grupos, com temáticas relacionadas à Amazônia, às Cidades, à Colonização, às Fronteiras, aos Transportes, à Geografia Física, além do último, onde englobamos os artigos que destoaram das principais discussões.

Acreditamos ser interessante para melhor elucidação, elencarmos os artigos analisados e suas respectivas referências. Neste sentido o primeiro agrupamento corresponde ao grupo intitulado por nós de Amazônia, contendo as seguintes publicações: “*O Acre e suas possibilidades*” (1940, Vol 2, Nº 2) de Lima Figueiredo; “*A Exploração Amazônica*” (1943, Vol 5, Nº 3) de Araújo Lima; “*A Amazônica Brasileira – Flagrantes de sua formação e de sua atualidade*” (1947, Vol 9, Nº 1) de Artur César Ferreira Reis e por fim os artigos “*Devassamento e Ocupação da Amazônia Brasileira*” (1942, Vol 4, Nº 2) e “*Evolução Cultural e Religiosa*” (1943, Vol 5, Nº 3), ambos publicados por Virgílio Correia Filho.



O grupo com publicações majoritariamente relacionadas à formação das cidades, foi incorporado por quatro artigos, são eles: “*Goiânia- Uma cidade criada*” (1941, Vol 3, Nº 1) escrito por Aroldo de Azevedo; “*Cidades Serranas*” (1947, Vol 9, Nº 1) publicado por Virgílio Correia Filho; e “*Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras*” (1946, Vol 8, Nº 3) e “*Como se distribui a iluminação pública no Rio de Janeiro*” (1945, Vol 7, Nº 4), também produzidos pelo engenheiro técnico do CNG, Virgílio Correia Filho.

O grupo com discussões articuladas à temática da colonização é composto de cinco artigos, intitulados: “*Rotas Pioneiras de Santa Catarina*” (1941, Vol 3, Nº 4) de Osmar Romão da Silva; “*Uma viagem de reconhecimento ao Sul de Goiás*” (1947, Vol 9, Nº 3) publicado por Leo Waibel; “*Lambari*” (1947, Vol 9, Nº 4) publicado por Virgílio Correia Filho; “*Estrangeiros em Santa Catarina*” (1948, Vol 10, Nº 2) de Lourival Câmara e “*Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul*” (1948, Vol 10, Nº 4) da autoria de Orlando Valverde.

O grupo relativo às fronteiras, conta com dois artigos, um publicado por Virgílio Correia Filho e intitulado “*A Geografia como fator das vitórias diplomáticas do Rio Branco*” (1945, Vol 7, Nº 2) e o segundo, publicado por Renato Barbosa Rodrigues Pereira denominado “*O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil*” (1945, Vol 7, Nº 2). Apesar deste grupo conter somente dois artigos elencados, sobressaem dos demais artigos, por terem tido a maior quantidade de pontos classificados como pertencentes à geografia histórica, relacionados principalmente aos Tratados e Missões empreendidas durante o contexto de delimitação das fronteiras brasileiras.

Já o quinto grupo, associado às discussões que versavam principalmente sobre os desenvolvimento dos transportes, contou com quatro artigos, todos eles publicados pelo engenheiro e também consultor técnico do CNG, Moacir M. F. Silva, e denominados: “*Geografia dos Transportes no Brasil – IV Produção*” (1940, Vol 2, Nº 1); “*Geografia dos Transportes no Brasil – V Circulação*” (1940, Vol 2, Nº 2); “*Geografia dos Transportes no Brasil – VIII Circulação Interna Atual*” (1941, Vol 3, Nº 1); e “*Expansão dos Transportes Interiores - Alguns Planos de Viação, à Luz da Geografia*” (1947, Vol 9, Nº 3).

Em relação ao sexto grupo, os artigos analisados, correspondem à discussões relativas à geografia física: “*As Bêtas e a Cassiterita de São João Del Rei*” de Henrique Cáper Alves de Sousa (1943, Vol 5, Nº 2); “*Evolução Geomorfológica da Baía de*



Guanabara e das regiões vizinhas” (1944, Vol 6, Nº 4) publicado pelo professor Francis Ruellan; “*As Zonas da Fauna da América Tropical*” (1946, Vol 8, Nº 1) de Cândido de Mello Leitão; e “*O Alto de São Lourenço*” (1946, Vol 8, Nº 4) publicado por Fernando Flávio Marques de Almeida.

O sétimo e último grupo engloba as publicações que compreendem quatro artigos compostos por discussões diversas entre si: “*Geratrizes Memoráveis da Geografia do Brasil*” (1939, Vol 1, Nº 2) do autor Jaguaribe de Matos; “*Civilização do Açúcar no Brasil*” (1940, Vol 2, Nº 3) publicado por Gileno Dé Carli; “*A Geografia no Curso Secundário*” (1941, Vol 3, Nº 2) com autoria de Jorge Zarur e finalmente o artigo de T. Lynn Smith, intitulado “*Sistemas Agrícolas*” (1947, Vol 9, Nº 2).

REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre a geografia histórica e a geografia brasileira, desde nossas aproximações iniciais, demonstrou possuir um caráter caleidoscópico, onde os movimentos constituintes do campo da geografia histórica se articulavam com o próprio campo da geografia brasileira.

A princípio, nossa questão balizadora nos levou a considerar a geografia brasileira e a geografia histórica, como campos díspares, como se fosse possível a compreensão de ambos separadamente. O que percebemos é que a busca por um *fazer* pertinente à geografia histórica, envolve principalmente o entendimento de como eram realizados os trabalhos geográficos àquela época, tornando-se necessário um diálogo com a construção do pensamento geográfico, e mais ainda, com a própria história da geografia, que supõe uma amplitude maior (MORAES, 2000).

Nos encontramos com a geografia histórica e suas dimensões, a partir das proposições elaboradas por pesquisadores brasileiros (ABREU, 1994, 2000; CÔRREA, 2016; MORAES, 2009, 2005; VASCONCELOS, 2017) onde de forma uníssona, assentam a inseparabilidade entre tempo e espaço, ao passo que a principal característica da geografia histórica seria possibilitar uma elucidação das transformações processuais que ocorrem nos espaços, levando em conta as temporalidades existentes, em particular, aquelas relacionadas às dinâmicas pretéritas espaciais.

Ao considerar que as transformações espaciais ocorrem de maneira ininterrupta e são resultantes das transmutações vivenciadas pelas sociedades, acreditamos que a



perspectiva da geografia histórica, seja capaz de ressaltar um outro modo de observar os espaços geográficos e suas dinâmicas intrínsecas, de modo que o presente não seja vislumbrado somente pelo momento atual, mas sim, pela complexidade de movimentos que compreendem as sociabilidades e foram desenvolvidos em outros momentos. Em outras palavras, o passado através de suas materializações torna-se intrínseco ao que reconhecemos como presente, transfigurando-se no “presente de então” discutido por Abreu (2000). Acrescenta-se a isso, sua singularidade dentro das pesquisas geográficas, quando preocupadas com uma visão totalizadora dos fenômenos.

Mesmo que o passado seja o ponto de partida da visão proposta pela geografia histórica, suas acepções variam de acordo com as distintas linhas teóricas que a compõem, e que são formuladas concomitantemente às teorias relativas às fases do pensamento geográfico. Por exemplo, temos o caso do geógrafo Carl Ortwin Sauer (1889-1975), que inserido no contexto norte-americano vivenciado nos anos 20, 30 e 40 do século XX, realiza uma crítica à geografia de cunho determinista praticada pelos geógrafos norte-americanos, e assenta seu posicionamento favorável ao campo da geografia histórica, verificado em seu discurso realizado em uma reunião da Associação de Geógrafos Americana, no ano de 1941.

O posicionamento de Sauer, pode ser verificado no decorrer de sua trajetória, ao privilegiar em suas investigações, a inserção da história, do tempo humano e dos processos que transformam as culturas no decorrer do tempo. Sua defesa da geografia histórica atrelada à realização de uma geografia cultural, foi capaz de criar uma escola de pensamento, possibilitando a propagação de suas teorias e fortalecendo a construção de um campo de estudos, ou de uma disciplina.

Este exemplo, apesar de particular e localizado, demonstra o raciocínio presente na formação das comunidades científicas, ou nas palavras de Vincent Berdoulay (2017), dos “círculos de afinidades”. Neste sentido, em nosso caso, a busca pela realização da geografia histórica, demandaria, ainda que de forma sutil, o entendimento de constituição da comunidade geográfica brasileira, que por sua vez, se articula com a consolidação da disciplina geográfica, compreendidas por nós a partir das discussões de Horacio Capel (1977) e Antonio Carlos Robert Moraes, em seu artigo “*Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil*” publicado em 1991.

Em síntese, nossa pesquisa demanda dois movimentos que ocorrem de maneira síncrona. Não acreditamos ser possível a compreensão da geografia histórica, seja sob a



perspectiva de campo, seja sob a perspectiva de método, sem sua articulação com a constituição relativa à formação dos discursos e racionalidades geográficas, que variam de acordo com o tempo e local a qual se referem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O interessante artigo, publicado em 1994 pela professora Rosângela Salvi intitulado “*Os Estudos do Tempo na Geografia Humana Brasileira*”, têm como objetivo a compreensão das concepções temporais presentes no processo de formação do pensamento geográfico brasileiro, partindo desde o contexto da escola clássica até o presente, com especial ênfase às proposições teóricas de Milton Santos, e outros geógrafos, tais como Ruy Moreira (1982) e Armando Corrêa da Silva (1986).

Conforme comentado, a autora evidencia a partir de Andrade (1989), três tendências originais que contribuíram na formação dos geógrafos brasileiros, na qual a primeira delas, nos interessa. Praticada até os anos 40 e 50, e baseada na geopolítica ratzeliana, estavam ligadas principalmente aos estudos geográficos realizados pelo IBGE, onde a principal preocupação estava voltada à realização de uma nova divisão territorial, capaz de projetar o Brasil no continente sul-americano, onde o papel de geógrafo, foi exercido por engenheiros e militares em sua maioria (SALVI, 1994, p. 250). Este contexto é o que embasa a maior parte dos cenários apresentados a partir dos artigos analisados.

Neste sentido, Salvi (1994), evidenciou que até 1940, tido como uma época dos estudos clássicos, os trabalhos no Brasil consideravam o geógrafo como um “viajante” no espaço e também no tempo (p. 252). Todavia, esse tempo resumia-se na noção de passado, presente e futuro apreendidos a partir de uma concepção histórica, baseada na visão do fato e da causalidade, levando assim à uma história narrativa. Esta característica se fez presente na maior parte da construção dos artigos, onde a realidade analisada estava submetida a um tratamento técnico, expressando-se desta forma em análises quantitativas, cartográficas e setoriais (SALVI, 1994, p. 252-253).

O caráter dos debates à época, atrelado principalmente às expansões regionais, foi um aspecto comum entre os artigos. No período analisado, as discussões giravam em torno do esforço do governo em modernizar e integrar o país, trazendo à tona questões ligadas ao planejamento e à administração, exigindo um maior conhecimento sobre o



Território Nacional, o que levou à criação de estabelecimentos capazes de fornecer este suporte, como o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia, fundidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938 (MAGNANO, 1995, p. 66).

Como podemos perceber, tratava-se de uma regionalização baseada por medidas técnicas, apoiada em aspectos físicos, que pudessem fornecer maior estabilidade de comportamento, permitindo a comparação de dados estatísticos e a elaboração de modelos. A maior parte dos artigos, explicitaram, estes principais aspectos em suas discussões.

Para Lia Osório Machado (1995), os debates ocorridos eram alimentados pelo crescimento urbano e pela expansão das vias de comunicação, como a introdução de ferrovias, melhoria nos portos, canais e etc. As questões discutidas em torno das expansões regionais envolviam a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes, e as possíveis consequências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro, na qual a principal preocupação, frente a onda progressista que havia se instalado no país, era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política (MACHADO, 1995, p.311-312).

No entanto, conforme destacado por Mormul e Giroto (2014), estas transformações ocorreram distantes da sociedade, e todo o ideal progressista presente nos discursos dos militares e das elites fundiárias, permaneceram ligados aos seus próprios interesses, mantendo desta forma, uma estrutura promotora de desigualdades e pobreza, que permeia as regiões até os dias de hoje.

Também visualizamos, a partir das análises, a importância crescente da questão regional, que começa a ganhar consistência teórica nos estudos geográficos, no início do século XX, com a obra de Delgado de Carvalho em 1913, onde é introduzido o conceito de Região Natural (MAGNANO, 1995).

As construções teóricas do professor Antônio Carlos Robert Moraes (2009, p. 61), evidenciam que a prática da geografia histórica atua como um importante recurso metodológico capaz de auxiliar o caminho de reconstituição em várias escalas, e que engloba o processo de formação dos atuais territórios e repõem uma ótica nacional. No artigo, “*A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história do pensamento geográfico*” de Carlo Eugênio Nogueira (2019), foi apresentada uma



proposta de enquadramento geográfico dos processos históricos, capaz de “auxiliar na compreensão das especificidades que envolvem a formação territorial do Brasil”, onde a espacialidade é tida como “elemento particularizador” dos processos de valorização do espaço, que manifestam o movimento de apropriação pelas sociedades (NOGUEIRA, 2019, p. 4).

Esta abordagem é interessante, pois foi reafirmada com as análises dos artigos, que indicaram principalmente, o tempo e a abordagem histórica, como elementos importantes na compreensão dos processos espaciais, mesmo que, uns artigos tenham evidenciado mais explicitamente que outros.

Especificamente em relação à geografia histórica praticada à época, não constatamos em nenhum dos artigos, uma atribuição direta ao campo, somente sucintamente, a história e a abordagem temporal, foram utilizadas. A exceção, pode ser dada aos artigos escritos por Moacir M. F. Silva, que diferente dos outros autores, buscou incorporar nos seus seis artigos elencados, a consciência histórica congruente em suas análises. Em contrapartida, a maioria dos artigos foram tidos como temas geográficos históricos, simplesmente por serem compostos por eventos datados e contextualizados superficialmente e que seguiram uma periodização guiada por uma história linear e de caráter evolutivo.

A amplitude da geografia histórica, foi percebida a partir das análises, uma vez que, suas abordagens puderam ser vinculadas à distintas temáticas, como: à Amazônia, às Cidades, à Colonização, às Fronteiras, aos Transportes, à Geografia Física e outras, indicando assim, seu caráter multidimensional totalizador, no sentido de abranger distintas dimensões que evidenciam as relações sociais e a apreensão dos espaços. Salientamos que, um estudo, não pode ser rotulado de geografia histórica, pela simples associação ao passado, pois há a necessidade de uma densidade maior.

As análises realizadas a partir do editorial da RBG, atuam no sentido de auxiliar na classificação, no entendimento e na enumeração dos estudos relativos à geografia histórica, pois fornecem elementos esclarecedores, capazes de trazer à luz, a partir de uma minuciosa elaboração, particularidades intrínsecas, que possuem em comum o fato de pertencerem a processos de transformações capitalistas dos espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Se em nossas intuições iniciais, havia todo sentido em buscar a geografia histórica como campo de estudo, e em termos de sua praticabilidade no âmbito de consolidação da geografia brasileira, com as análises realizadas esta forma de abordagem se desmancha. Não encontramos nos artigos analisados relação direta com a geografia histórica, nem com o seu campo. Seus autores não intitulavam seus estudos geográficos como tal. Os artigos versavam principalmente sobre a exploração e expansão territoriais incorporadas pelo direcionismo ao Oeste, pela necessidade de levantamentos de cunho geográfico e estatístico, pelos processos de colonização e delimitação das fronteiras, além das etapas de transformação das cidades e do desenvolvimento dos transportes e outros elementos técnicos.

Todavia, mesmo que a relação com a geografia histórica não tenha sido evidenciada de forma direta, é inegável que estas temáticas não tenham a presença da mesma. A inexistência de uma auto-intitulação por parte dos autores, não significa que o raciocínio metodológico da geografia histórica não esteja por trás dos estudos. A pesquisa portanto, nos orientou a um outro modo de abordar a geografia histórica, ultrapassando seu entendimento como campo ou como disciplina, e ressaltando sua compreensão como um método, capaz de incorporar os tempos pretéritos e a preocupação com as questões originárias dos fenômenos aos estudos geográficos.

Não podemos refazer uma determinada investigação, e ademais, seus resultados, satisfatórios ou não, são partes indissociáveis do ato de se realizar uma pesquisa científica. Logo, este trabalho corresponde às reorientações metodológicas vivenciadas por nós enquanto pesquisadores, onde a partir de nossas inquietações teóricas, nos encontramos em uma constante busca de entendimento dos nossos objetos de estudo. Ainda que incipiente, nossa compreensão de geografia histórica enquanto método, reconhece seus vieses totalizantes, e almejamos integrá-los em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: Evolução e Avaliação – Contribuição à História do Pensamento Geográfico Brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, V. 56, Nº 1, jan/dez, 1994, p. 21-122.



ABREU, M. de A. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. São Paulo: **GEOUSP**, n.7, 2000, p. 13-25.

ARANHA, P. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], v. 3, p. 1-18, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/971>> Acesso em: 20 abr. 2019.

BERDOULAY, Vincent. **A Escola Francesa de Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

CAPEL, Horacio. Institucionalización de La Geografía y Estrategias de La Comunidad Científica de Los Geógrafos. **Geocrítica**: Universidade de Barcelona, Ano I, Nº 8, Marzo de 1977.

CORRÊA, Roberto L. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v.94, 2016, p.14-11.

MACHADO, M. S. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, Niterói, Ano II, nº 3, p. 123-140, 2000.

MACHADO, L.O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1995. p. 309-352.

MAGNANO, A.A. **A divisão regional brasileira** – uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v 57, n 4, out/dez, 1995. p. 66-94.

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, A.C.R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A.C.R. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, 1991, p.166-76.

MORAES, A. C. R., Geografia, História e História da Geografia , **Terra Brasilis** [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 Novembro 2012. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/319>> Acesso em: 20 abr. 2019.

MORMUL N.M. e GIROTTO, E.D. **Ensino de Geografia e Projeto de Sociedade no início do Século 20 no Brasil** - Reconstruindo leituras acerca da relação entre ensino e pesquisa. Paraná: Editora Unijuí, Ano 29, nº 93, Maio/Ago. 2014. p.214-242.



NOGUEIRA, Carlo Eugênio. « A geografia histórica como ferramenta de análise nos estudos de história do pensamento geográfico », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 12 | 2019, posto online no dia 29 dezembro 2019, consultado o 06 janeiro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4767>; DOI : 10.4000/terrabrasilis.4767

SALVI, R. Os Estudos do Tempo na Geografia Humana Brasileira. **Semina: Ci.Soc./Hum.**, Londrina, v.15, n.3, set. 1994, p. 250-259.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A Geografia Histórica no contexto da História do Pensamento Geográfico e suas relações com as Ciências Humanas. **Geografares**, Janeiro-Junho, 2017.